



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Infraestrutura Desenvolvimento, Urbano.

OBJETO: Ensaio de Sondagem SPT

1. OBJETIVO GERAL

A presente solicitação tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA REALIZAR ENSAIOS DE SONDAÇÃO DE SOLO TIPO SPT, em área a ser destinada a construção de pontes na zona rural do município de Porto Nacional, conforme especificações e quantidades constantes deste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO

Tendo em vista a necessidade de realizar ensaios de sondagem para caracterização do perfil do solo a ser estudado para fornecer informações acerca do tipo de fundação à ser utilizado, sendo assim se faz necessária a contratação de empresa especializada que detenha das técnicas e equipamentos suficientes de forma que o levantamento dos dados seja preciso e conciso.

A caracterização geotécnica do solo é uma peça fundamental para subsidiar a elaboração de um projeto de fundação, A partir dessa caracterização obtêm-se os dados do ensaio, e a partir daí é determinado o tipo de fundação à ser empregado, bem como profundidade, classe do concreto e bitola do aço a ser utilizado, assim como demais detalhamentos e especificações que acompanham o projeto.

Todavia, a contratação da empresa para tal serviço é de suma importância para o município de Porto Nacional, uma vez que vem auxiliar no bom desenvolvimento da elaboração do projeto por parte dos engenheiros projetistas.

3. REGIME DA CONTRATAÇÃO

De acordo o [ART. 75, CAPUT, INCISO I](#), a contratação será realizada nesta modalidade, por não atingir os limites de valores exigidos para aplicação de outra modalidade licitatória.

4. ESPECIFICAÇÕES DOS BENS OU SERVIÇOS

LAUDOS DE SONDAÇÃO TIPO SPT				
MAPA DE PREÇOS - FUROS DE LAUDO DE SONDAÇÃO (SPT)				
CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA REALIZAR ENSAIOS DE SONDAÇÃO DE SOLO TIPO SPT, NO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL				
LOCAIS	UND	QTDE	VALOR	VALOR TOTAL
Porto Nacional	FUROS	8	R\$ 1.967,71	R\$ 15.741,71
Distrito de Iuzimangues	FUROS	8	R\$ 2.120,39	R\$ 16.963,09
Distrito de Pinheirópolis	FUROS	2	R\$ 2.068,05	R\$ 4.136,09
Distrito de Escola Brasil	FUROS	2	R\$ 2.158,03	R\$ 4.316,06
Zona Rural 0,00 - 100 km	FUROS	11	R\$ 3.395,88	R\$ 37.354,64
Zona Rural 101 - 200 km	FUROS	6	R\$ 4.024,91	R\$ 24.149,48



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano

Zona Rural 201 - 300 km	FUROS	2	R\$ 5.417,48	R\$ 10.834,96
TOTAL DE FUROS		39		R\$ 113.496,04

5. DO VALOR ESTIMADO

Valor total estimado para contratação será mediante orçamentos de mercado local, sendo contratado com o menor preço fornecido dentro das formas legais conforme orçamentos em anexo.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a contratação objeto da presente desta aquisição correrão por conta das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Infraestrutura Desenvolvimento, Urbano e Mobilidade.

ORIGEM	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento, Urbano.
PROGRAMA	1715.17.606.1118.2153
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.39
SUBELEMENTO	599
FONTE	15000000010000 - Recursos não vinculados de impostos - Próprio
FICHA	20234619

7. FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATADA terá seu pagamento efetuado mediante a entrega do laudo acompanhado da ART e emissão da respectiva nota fiscal dos serviços prestados.

Este pagamento ocorrerá em um prazo máximo de 30 dias após a entrega dos laudos.

8. VIGENCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei Nº14.133/2021. O prazo de vigência será deverá realizar procedimento de aditivo, com justificativa e aceitação expressa das partes, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa de contrato, previstas neste instrumento.

9. SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

10. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

A contratação da empresa deverá atender as solicitações da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Desenvolvimento Urbano e Mobilidade dentro das respectivas coordenadas, locais esses já mapeados e cadastrados junto a **Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)**.

O prazo para execução dos serviços será de 12 meses, a partir da assinatura da ordem de serviço.

Os locais dos ensaios serão determinados pelo gestor da pasta, e especificados e detalhados, com coordenadas e relatórios fotográficos, assim que os mesmos forem



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano

autorizados, onde este objeto se faz necessário para atender à solicitação de convênios para construções de pontes na zona rural e outras obras do município de Porto Nacional. Os referidos ensaios deveram ser realizados por pessoal especializado e entregue ao setor de obras da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Desenvolvimento Urbano. Os devidos ensaios deverão ser acompanhados das respectivas anotações de responsabilidades técnicas.

11. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO

11.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

11.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (dias) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

11.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

11.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

12. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

12.1. De acordo com o Artigo 67 da Lei 14133/2021 a documentação de habilitação jurídica consistirá em:

- a) Cédula de identidade;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.2. Conforme a regularidade fiscal e trabalhista o Artigo 68 da Lei 14133/2021 consistirá em:

- a) A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano

- d) A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
 - e) A regularidade perante a Justiça do Trabalho;
 - f) Atestado de capacidade técnica.
 - g) O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 12.3. Conforme a regularidade fiscal e trabalhista o Artigo 69 incisos II da Lei 14133/2021 consistirá em:
- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

13. DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

13.1. A SEINFRA designará a fiscalização, para acompanhamento e recebimento do contrato, conforme art. 117/2021 e suas alterações.

13.2. Caberá à fiscalização designada tomar todas as providências necessárias ao imediato acionamento do representante da firma CONTRATADA, logo que constatada qualquer irregularidade por parte da mesma, a fim de solucionar os problemas detectados.

13.3. Em hipótese alguma poderá a FISCALIZAÇÃO, ainda que diante de justificativas plausíveis, acordarem com a CONTRATADA a dilatação de prazos previstos na proposta inicialmente apresentada, sem prévia concordância do Ordenador de Despesas, haja vista que tal atitude acarretaria alteração nos termos contratuais pactuados.

13.4. A fiscalização anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

13.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser levadas à instância superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

13.6. Caberá ainda à FISCALIZAÇÃO:

- a) Tomar providências para o fiel cumprimento das cláusulas do contrato, obedecendo à legislação sobre a Contratação de Obras e Serviços de Engenharia e outros dispositivos legais específicos;
- b) Providenciar o pagamento das Notas Fiscais apresentadas, desde que estejam em conformidade com o Cronograma Físico-Financeiro aprovado, e certificadas pela FISCALIZAÇÃO;
- c) Colocar à disposição da CONTRATADA, em tempo hábil, as informações necessárias para execução dos serviços, de modo a possibilitar-lhe o cumprimento dos prazos avançados;
- d) Orientar, supervisionar e controlar os trabalhos no sentido de proporcionar a plena adequação do objeto deste termo às suas finalidades;
- e) Tomar providências para que os setores envolvidos mantenham o local de execução dos serviços adequado à sua execução;
- f) Liberar a garantia, após o recebimento definitivo dos serviços;
- g) Verificar, de modo sistemático, o cumprimento das disposições do contrato e das ordens complementares emanadas do CONTRATANTE, informando a esta, em tempo hábil, todas as ocorrências e providências tomadas;
- h) Resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previsto no contrato se, nas suas Especificações de Serviço e em tudo mais que, de qualquer forma, relaciona direta ou indiretamente com o objeto, garantido o contraditório e a ampla defesa;
- i) Exigir da CONTRATADA a retirada imediata de qualquer de seus prepostos que embarquem a sua ação fiscalizadora, independentemente de justificativa;



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano

- j) Recusar materiais e serviços em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência;
- k) Propor as medidas que couberem para a solução dos casos surgidos em decorrência de solução técnica na execução dos serviços;
- l) Em caso de dúvida ou omissão fixar, o que julgar indicado, em rigorosa obediência às normas legais vigentes;
- m) Definir, juntamente com a SEINFRA, todo e qualquer material que gerar dúvida, quando não mencionadas nas presentes especificações ou nos desenhos;
- n) Analisar e dar parecer aprovando ou não o faturamento das medições dos serviços executados para fim de pagamento para a CONTRATADA;
- 13.7. A atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e as consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o Estado ou terceiros, e a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE.
- 13.8. Após a conclusão do objeto contratual, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE para que esta, no prazo de 05 (cinco) dias úteis o receba provisoriamente, por ato formal de sua autoridade superior.
- 13.9. Na hipótese do não recebimento, será dado um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, ou refaça os serviços rejeitados. Atendidas tais exigências, a CONTRATADA solicitará nova vistoria, que será feita em igual prazo.
- 13.10. Aceitos os serviços e cumpridas às demais cláusulas e condições contratuais, será emitido, pela Contratante, o respectivo "Termo de Entrega e Recebimento dos Serviços".
- 13.11. À Fiscalização serão dados 05 (cinco) dias úteis a partir do adimplemento do evento contratual pela CONTRATADA, para encaminhar a nota fiscal e sua fatura correspondente ao setor responsável pelo acompanhamento do contrato.
- 13.12. Para efeito de contagem do prazo estabelecido acima, considerar-se-á como de adimplemento do evento contratual pela CONTRATADA a data de aceitação pela Fiscalização, da nota fiscal e respectiva fatura.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Informar local a serem coletadas amostras;
- b) Fornecer todas informações a contratada para devida realização dos ensaios de maneira a garantir um resultado satisfatório;
- c) Acompanhar e fiscalizar através de um servidor designado por esta secretaria todas as fases deste ensaio, de maneira a garantir que o mesmo seja realizado em tempo hábil e que garanta a qualidade dos serviços;
- d) Proceder com os devidos pagamentos após o recebimento dos devidos ensaios, dentro das conformidades legais e conforme orçamentos anexados a este processo;
- e) Atestar a respectiva nota fiscal bem como serviços prestados.
- f) Fornecer a contratada licenças ambientais ou dispensa de licença quando houver a necessidade.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. São de exclusiva conta e responsabilidade da contratada, além das previstas em lei e nas normas aplicáveis, as obrigações que se seguem.

15.2. Obrigações Gerais

15.2.1. Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços, nos termos da legislação vigente e exigências contidas no Termo de Referência, observadas as

Avenida Murilo Braga n. ° 1.887, Bairro Centro, Porto Nacional - TO.

CEP: 77.500 - 000 Fone/Fax: (63) 3363.6000 - ramal 218



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano

especificações, normas e outros detalhamentos; quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Contratante;

15.2.2. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Contratante;

15.2.3. Executar os serviços no prazo estabelecido ou quando necessário, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido;

15.2.4. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos serviços, reservando à Contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados;

15.2.5. Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

15.3. Obrigações Operacionais

15.3.1. Executar os serviços atendendo plena e satisfatoriamente as especificações técnicas;

15.3.2. Atender, de imediato, às solicitações relativas à substituição, reposição ou troca dos serviços executados que não atenda ao especificado ou ainda que apresentem vícios;

15.3.3. Quando for o caso, comunicar imediatamente à Contratante qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

15.3.4. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes do fornecimento de materiais seja por vício de fabricação ou por ação ou omissão de seus empregados;

15.3.5. Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade dos serviços executados;

15.4. Obrigações comerciais, tributárias e outras:

15.4.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações previstos na legislação decorrentes a esse fornecimento, obrigando-se a saldá-los na época própria;

15.4.2. A inadimplência com referência aos encargos e obrigações estabelecidos não transfere a Contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o fornecimento, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante.

15.4.3. Cumprir o prazo de 20 (vinte) dias para execução;

15.4.4. Entregar os resultados no Setor de Obras;

15.4.5. Cumprir com todos os encargos e taxas relacionados aos ensaios.

15.4.6. Conforme a Lei 14.133 Art. 14, VI pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

16. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

16.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa aceita pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Mobilidade, resguardada os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar nas seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa compensatória no percentual de 20 % (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 104 da Lei Federal 14133/2021;

c) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5 % (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado no contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 02 (dois) dias úteis, na entrega do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano

- d) Multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato pela inadimplência, além do prazo de 02 (dois) dias úteis, caracterizando parcial o mesmo;
- 16.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outros, previstas na Lei Federal 14133/2021, inclusive a responsabilidade da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causadores à Administração;
- 16.3. A multa deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município de Porto Nacional, via Tesouraria Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Desenvolvimento Urbano e Mobilidade;
- 16.4. O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou credito existente na Prefeitura, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao credito existente, a diferença será cobrada na forma da lei;
- 16.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;
- 16.6. Em qualquer hipótese e aplicação de sanções, assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Em caso de dúvidas entrarem em contato com a Secretária Mun. de Infraestrutura, Desenvolvimento Urbano, pelo telefone (63) 3363-6000 ou pelo e-mail: seinfraportonacional@gmail.com.

Porto Nacional, 10 de Fevereiro de 2023.

Eng.º James Deylan Pugas Oliveira
CREA – 211086/D –TO
Fiscal de Obras
Responsável Pela Elaboração do Termo

Marcos Antônio Lemos Ribeiro
Secretário Municipal de Infraestrutura,
Desenvolvimento Urbano
Decreto 004/2023